SPIC BRASIL

Millennium Central Geradora Eólica S.A.

CNPJ/MF 07.321.412/0001-72

www.spicbrasil.com.br

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.699	15.241
Contas a receber de clientes	5	3.452	4.345
Impostos a recuperar	6	1.374	1.025
Outros ativos circulantes		221	708
Total ativo circulante		**27.746**	**21.319**
Não circulante			
Depósitos judiciais e cauções	7	3.591	3.200
Direito de uso	9	1.539	1.657
Imobilizado	10	18.576	20.549
Intangível	11	83	143
Total ativo não circulante		**23.789**	**25.549**
Total dos ativos		**51.535**	**46.868**

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores		248	540
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	2.470	2.565
Arrendamento	13	298	246
Impostos a recolher	14	393	245
Dividendos e JSCP	8	1.778	1.566
Total passivo circulante		**5.187**	**5.162**
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	6.701	9.166
Arrendamento	13	1.465	1.592
Provisões	15	1.551	1.487
Impostos diferidos	16	5.102	4.726
Partes relacionadas	8	–	174
Total passivo não circulante		**14.819**	**17.145**
Patrimônio Líquido	17		
Capital social		13.947	13.947
Reservas de lucro	17.1	17.582	10.614
Total patrimônio líquido		**31.529**	**24.561**
Total dos passivos e patrimônio líquido		**51.535**	**46.868**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto resultado por ação)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	19	16.991	14.640
Custo de operação	20	(5.627)	(5.245)
Lucro bruto		**11.364**	**9.395**
Administrativas e gerais	20	(2.535)	(1.908)
Lucro antes do resultado financeiro		**8.829**	**7.487**
Resultado financeiro líquido	21		
Receitas financeiras		2.547	471
Despesas financeiras		(1.063)	(2.291)
		1.484	**(1.820)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**10.313**	**5.667**
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(976)	(618)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(376)	26
Lucro líquido do exercício		**8.961**	**5.075**
Lucro por ação	18		
Quantidade de ações no final do exercício		13.947.531	13.947.531
Lucro líquido por ação, básico e diluído		0,6425	0,3639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	8.961	5.075
Resultado abrangente total do exercício	**8.961**	**5.075**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		10.313	5.667
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	20	2.601	2.541
Amortização de juros capitalizados		27	31
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	21	835	1.002
Arrendamentos e aluguéis - AVP	21	162	152
Provisão para descomissionamento	21	64	159
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(432)	(117)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		–	(8)
		13.570	9.427
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		894	848
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(349)	392
Impostos recuperáveis na aquisição de ativos imobilizados		(167)	(167)
Cauções e depósitos vinculados		41	17
Outros ativos operacionais		476	(234)
		895	856
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(290)	246
Impostos e contribuições sociais		(308)	(927)
Encargos regulamentares e setoriais		–	(3)
Partes relacionadas		(173)	5
		(771)	(679)
Caixa proveniente das atividades operacionais		**13.694**	**9.604**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(771)	(407)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**12.923**	**9.197**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível	10 e 11	(43)	(25)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		**(43)**	**(25)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.531)	–
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	12	(2.511)	(1.987)
Pagamentos de encargos de dívidas	12	(911)	(924)
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis	13	(469)	(370)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		**(5.422)**	**(3.281)**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**7.458**	**5.891**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		22.699	15.241
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		15.241	9.350
		7.458	**5.891**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2022	2021 (Não auditado)
Geração do valor adicionado	**18.723**	**16.132**
Receita Operacional	18.723	16.132
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(4.194)**	**(3.473)**
Materiais	(72)	(73)
Serviços de terceiros	(3.131)	(2.372)
Outros custos operacionais	(991)	(1.028)
Valor adicionado bruto	**14.529**	**12.659**
Retenções	**(2.869)**	**(2.757)**
Depreciações e amortizações	(2.869)	(2.757)
Valor adicionado líquido produzido	**11.660**	**9.902**
Valor adicionado recebido em transferência	**2.718**	**679**
Receitas financeiras	2.718	679
Valor adicionado total a distribuir	**14.378**	**10.581**
Distribuição do valor adicionado	**14.378**	**10.581**
Pessoal	1.159	941
Remuneração direta	890	742
Benefícios	206	148
FGTS	63	51
Impostos, taxas e contribuições	3.065	2.015
Federais	3.060	1.993
Estaduais	5	7
Municipais	–	15
Remuneração de capitais de terceiros	1.193	2.549
Juros	1.108	2.467
Aluguéis	85	82
Remunerações de capitais próprios	8.961	5.076
Juros sobre capital próprio	(1.665)	(982)
Dividendos	(328)	–
Lucro (–) prejuízo a distribuir	10.954	6.058
Lucros retidos	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**13.947**	**6.521**	–	**20.468**
Juros sobre o capital próprio	–	–	(982)	(982)
Lucro líquido do exercício	–	–	5.075	5.075
Destinação do resultado do exercício				–
Constituição de reserva legal	–	254	(254)	–
Destinação para reserva de lucros	–	2.862	(2.862)	–
Destinação para reserva de incentivo fiscal	–	977	(977)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**13.947**	**10.614**	–	**24.561**
Juros sobre o capital próprio	–	–	(1.665)	(1.665)
Lucro líquido do exercício	–	–	8.961	8.961
Destinação do resultado do exercício				–
Constituição de reserva legal	–	448	(448)	–
Destinação de dividendos de 2022	–	–	(328)	(328)
Destinação para reserva de lucros	–	4.979	(4.979)	–
Destinação para reserva de incentivo fiscal	–	1.541	(1.541)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**13.947**	**17.582**	–	**31.529**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Millennium Central Geradora Eólica S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em abril de 2005, com sede em Mataraca, no Estado da Paraíba. A controladora direta da Companhia é a Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e indiretamente controlada pela SPIC Brasil Energia Participações S.A. A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir de geradores eólicos, cuja capacidade instalada atual é de 10,2 MW, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, a implantação, a montagem e a comercialização de energia, com o objetivo de atender ao disposto no contrato de compra e venda de energia CT - PROINFA/EÓLICA - 023/2004 homologado pela Resolução RES nº 009/2005, de 13 de janeiro de 2005, firmado com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, por um prazo de 20 anos a partir de 31 de outubro de 2007. O registro na ANEEL se deu por meio da Resolução Autorizativa nº 13/2004, publicado no Diário Oficial em 22 de janeiro de 2004, sendo que suas operações tiveram início em 28 de novembro de 2007. O prazo de duração da autorização é de 30 anos. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** Em 06 de abril de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **2.1 Declarações de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. **2.2 Moedas funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Bases de preparação e apresentação:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. **2.4 Uso de estimativa e julgamento:** Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseia em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia revisa as estimativas e premissas para a elaboração das Demonstrações Contábeis. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 16); Avaliação da vida útil do Direito de uso, do Imobilizado e do Intangível (Notas 9, 10 e 11); Provisões (Nota 15). **2.5 Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **3. Políticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. A Companhia classifica os juros pagos nas operações de empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da empresa, sendo está uma estratégia financeira e não operacional.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixas e Bancos	332	1.506
Aplicações financeiras de curto prazo	22.367	13.735
	22.699	**15.241**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa média 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Referem-se à venda de energia, conforme contratos de compra e venda de energia firmados entre a Companhia e a Eletrobrás pelo prazo de 20 anos. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia considerou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e a Companhia não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

Circulante	Valores Correntes – Corrente a Vencer – Até 60 dias	Mais de 60 dias	Saldo líquido em 31/12/2022	Saldo líquido em 31/12/2021
Suprimento de energia elétrica	3.024	428	3.452	4.345
Total Circulante	**3.024**	**428**	**3.452**	**4.345**

Os valores referem-se ao contrato de compra e venda de energia CT - PROINFA/EÓLICA - 023/2004 homologado pela Resolução RES nº 009/2005, de 13 de janeiro de 2005, firmado com a Eletrobrás. Não há saldos vencidos, o risco de perdas não é significativo, não existe histórico de perda desses recebíveis e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. Impostos a recuperar:	31/12/2022	31/12/2021
Impostos a recuperar (PIS e COFINS)	–	15
Impostos a compensar (IRPJ e CSLL)	764	544
Impostos retidos por clientes (IRRF, PIS, COFINS e CSLL)	54	19
Impostos e tributos a compensar (outros)	556	447
	1.374	1.025
Ativo circulante	1.374	1.025
	1.374	1.025

Os valores a recuperar de impostos têm sua origem principalmente: i) R$ 764 referente a IRPJ e CSLL a recuperar dos exercícios de 2019 a 2022; ii) R$ 610 referente a IRRF sobre aplicações financeira e IRPJ e CSLL pagos a maior.

7. Depósitos vinculados:	Não Circulante 31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	73	53
Banco Nordeste do Brasil S/A (i)	3.518	3.147
Total	**3.591**	**3.200**

(i) Os depósitos vinculados no montante de R$3.200 em 31 de dezembro de 2021 (R$3.101 em 2020) referem-se integralmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados à taxa de 99% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI). Essa aplicação financeira será mantida pela Companhia até a data de seu vencimento em 1º de maio de 2026 como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil S.A. mencionado na Nota Explicativa nº 12.

8. Transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas:

	Natureza	2022	2021
Balanço patrimonial			
Passivo			
Pacific Hydro Energia do Brasil (a)	JSCP	1.415	1.531
Pacific Hydro Energia do Brasil (a)	Dividendos	363	35
Pacific Hydro Energia do Brasil (b)	Custos compartilhados	–	174
Total passivo		**1.778**	**1.740**
Resultado do exercício			
Pacific Hydro Energia do Brasil	Custos compartilhados	(2.535)	(1.908)
Total Resultado		**(2.535)**	**(1.908)**

(a) Distribuição de lucros por meio de juros sobre capital próprio e dividendos para a controladora direta Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (b) Referem-se a reembolso de despesas de viagem, hospedagem e com mão de obra especializada de técnicos e representantes referentes a serviços prestados. Esta abertura está apresentada na nota explicativa 21. Durante o ano de 2022, a remuneração dos Diretores Executivos foi de R$ 87 (R$215 em 2021). Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os exercícios de 2022 e 2021.

9. Direito de uso: Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. A taxa de depreciação foi calculada com base no tempo de contrato do ativo principal e os valores são depreciados linearmente até o final da autorização. O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica: • Terrenos: referem-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque eólico da Companhia.

a. Composição do ativo de direito de uso:

Direito de uso	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2022 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Atividades não vinculadas à concessão				
Arrendamento de terras	13,55%	2.628	(1.089)	1.539
		2.628	(1.089)	1.539
Total direito de uso		**2.628**	**(1.089)**	**1.539**

Direito de uso	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2021 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Atividades não vinculadas à concessão				
Arrendamento de terras	13,55%	2.397	(740)	1.657
		2.397	(740)	1.657
Total direito de uso		**2.397**	**(740)**	**1.657**

b. Movimentação do ativo de direito de uso:

Ativos de direito de uso	Valor líquido em 31/12/2021	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2022
Arrendamento de terras	1.657	232	(350)	1.539
Total Ativos de direito de uso	**1.657**	**232**	**(350)**	**1.539**

Ativos de direito de uso	Valor líquido em 31/12/2020	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2021
Arrendamento de terras	1.399	538	(280)	1.657
Total Ativos de direito de uso	**1.399**	**538**	**(280)**	**1.657**

10. Imobilizado: Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear e limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia ou ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, dos dois o menor. As vidas úteis estimadas estão a seguir apresentadas:

Máquinas e equipamentos	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Construções	10 a 30 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

a. Composição do Imobilizado:

Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2022 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2021 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,11%	4.439	(2.838)	1.601	4,11%	4.416	(2.646)	1.770
Máquinas e equipamentos	6,05%	44.398	(27.937)	16.461	6,05%	44.219	(26.045)	18.174
Veículos	20,00%	157	(157)	–	20,00%	157	(147)	10
Móveis e utensílios	10,40%	13	(10)	3	10,40%	15	(10)	5
Descomissionamento	11,11%	956	(487)	469	11,11%	956	(390)	566
		49.963	(31.429)	18.534		49.763	(29.238)	20.525
Total do imobilizado em serviço		**49.963**	**(31.429)**	**18.534**		**49.763**	**(29.238)**	**20.525**
Imobilizado em curso								
Maquinas, equipamentos e edificações		42	–	42		24	–	24
Total do imobilizado em curso		**42**	**–**	**42**		**24**	**–**	**24**
Total do Imobilizado		**50.005**	**(31.429)**	**18.576**		**49.787**	**(29.238)**	**20.549**

b. Movimentação do Imobilizado:

Imobilizado em serviço	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Depreciações	Baixas	Outros - Transf. Para reparo.	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.770	–	(191)	–	–	23	1.602
Máquinas e equipamentos	18.174	25	(1.892)	–	–	142	16.449
Veículos	10	–	(10)	–	–	–	–
Móveis e utensílios	5	–	(2)	(1)	–	–	2
Descomissionamento	566	–	(97)	–	–	–	469
Total do imobilizado em serviço	**20.525**	**25**	**(2.192)**	**(1)**	**–**	**165**	**18.522**
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	24	18	–	–	12	–	54
Total do imobilizado em curso	**24**	**18**	**–**	**–**	**12**	**–**	**54**
Total do imobilizado	**20.549**	**43**	**(2.192)**	**(1)**	**12**	**165**	**18.576**

Imobilizado em serviço	Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.937	–	–	(191)	24	1.770
Máquinas e equipamentos	19.729	2	179	(1.879)	143	18.174
Veículos	42	–	–	(32)	–	10
Móveis e utensílios	7	–	–	(2)	–	5
Descomissionamento	663	–	–	(97)	–	566
Total do imobilizado em serviço	**22.378**	**2**	**179**	**(2.201)**	**167**	**20.525**
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	179	24	(179)	–	–	24
Total do imobilizado em curso	**179**	**24**	**(179)**	**–**	**–**	**24**
Total do imobilizado	**22.557**	**26**	**–**	**(2.201)**	**167**	**20.549**

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **11. Intangível:** Os softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia através de teste de impairment, identificou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para desvalorização de seus ativos intangíveis.

a. Composição do intangível:

	Taxas anuais médias de amortização %	2022 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	2021 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Software	20,00%	378	(295)	83	378	(235)	143
Intangível em curso							
Total intangível		**378**	**(295)**	**83**	**378**	**(235)**	**143**

b. Movimentação do intangível:

	Valor líquido em 31/12/2021	Amortização	Valor líquido em 31/12/2022
Intangível em serviço			
Software	143	(60)	83
	143	**(60)**	**83**

	Valor líquido em 31/12/2020	Amortização	Valor líquido em 31/12/2021
Intangível em serviço			
Software	204	(61)	143
	204	**(61)**	**143**

12. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. a. Composição dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2022 Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total	31/12/2021 Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total
Moeda nacional								
Banco Nordeste do Brasil S.A.	5	2.465	6.701	9.171	81	2.484	9.166	11.731
Total de dívidas	**5**	**2.465**	**6.701**	**9.171**	**81**	**2.484**	**9.166**	**11.731**

Contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste S/A (BNB), ocorrido em 29 de julho de 2007, no valor de R$ 32.679 com taxa fixa de 9.5% a.a., com vencimento previsto em 29 de maio de 2026. b. A movimentação dos empréstimos, financiamentos é demonstrada abaixo:

Circulante	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2022
Empréstimos e financiamentos						
Principal	2.510	(2.511)	–	2.487	–	2.486
Juros	81	(911)	835	–	–	5
Custo de transação	(26)	–	–	(22)	27	(21)
	2.565	**(3.422)**	**835**	**2.465**	**27**	**2.470**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	9.213	–	–	(2.487)	–	6.726
Custo de transação	(47)	–	–	22	–	(25)
	9.166	**–**	**–**	**(2.465)**	**–**	**6.701**

Circulante	Valor líquido em 31/12/2020	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2021
Empréstimos e financiamentos						
Principal	2.172	(1.987)	–	2.325	–	2.510
Juros	3	(924)	1.002	–	–	81
Custo de transação	(30)	–	–	(27)	31	(26)
	2.145	**(2.911)**	**1.002**	**2.298**	**31**	**2.565**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	11.538	–	–	(2.325)	–	9.213
Custo de transação	(74)	–	–	27	–	(47)
	11.464	**–**	**–**	**(2.298)**	**–**	**9.166**

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Vencimento	Nacional	Total
Circulante: 2023	2.470	2.470
	2.470	2.470
Não Circulante: 2024	2.647	2.647
2025	2.840	2.840
2026	1.214	1.214
	6.701	6.701
Total	9.171	9.171

As garantias concedidas pela Companhia para obtenção do referido empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram: • Fiança de acionista; • Cessão dos recebíveis da Eletrobrás; • Conta reserva - Nota Explicativa nº 7; • Penhor de ações; • Propriedade fiduciária de máquinas e equipamentos; • Penhor de direitos emergentes das autorizações da ANEEL. Adicionalmente, a distribuição do resultado do exercício não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB. Esse contrato de empréstimos não possui cláusulas restritivas ("covenants"). **13. Arrendamentos:** A Companhia realiza a avaliação, na data de início de cada contrato, se esse contrato apresenta características de arrendamento (Baseado no CPC 06) e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de valor individual menor que US$ 5.000. Direito de uso de arrendamentos: Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento. Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme nota explicativa nº 9 e demonstrado abaixo:

	31/12/2021	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	31/12/2022
Arrendamentos de terra	2.366	279	–	(469)	2.177
(–) Ajuste a valor presente	(528)	(48)	162	–	(414)
Total	**1.838**	**231**	**162**	**(469)**	**1.763**
Circulante	246				298
Não Circulante	1.592				1.465
Total	**1.838**				**1.763**

	31/12/2020	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	31/12/2021
Arrendamentos de terra	2.037	699	–	(370)	2.366
(–) Ajuste a valor presente	(518)	(162)	152	–	(528)
Total	**1.519**	**537**	**152**	**(370)**	**1.838**
Circulante	165				246
Não Circulante	1.354				1.592
Total	**1.519**				**1.838**

14. Impostos a recolher: As receitas de vendas de energia elétrica estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo); • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo). Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

	31/12/2022	31/12/2021
PIS a recolher	20	12
COFINS a recolher	95	56
Tributos Retidos	278	177
	393	**245**

15. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **15.1 Provisões para contingências: 15.1.1 Risco provável:** A Companhia não avaliou riscos de contingências prováveis para os exercícios de 2022 e 2021. **15.1.2 Risco possível:**

	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais	2.726	2.428
	2.726	**2.428**

Ação Anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231: Trata-se de ação anulatória de débito tributário com declaração de inexistência de relação jurídica tributária com pedido de liminar ajuizada pela companhia contra o Município de Mataraca para efeito de declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como para solicitar o reembolso dos valores pagos a este título no ano 2019. Atualmente, aguarda-se decisão de segunda instância. O passivo envolvido para a Companhia (valor atualizado) é de R$ 80. **Impugnação de Lançamento - 14751.720226/2013-75:** Trata-se de Auto de Infração decorrente do Termo de Verificação 0430100.2013.00023, que entendeu pela indedutibilidade de despesas financeiras decorrentes de empréstimo, para cálculo do IRPJ e CSLL no ano de 2009. Conforme pacífica jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, só haveria indedutibilidade se o empréstimo fosse pactuado a taxas menores do que aquelas vigentes no financiamento obtido. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário perante o CARF. O escritório contratado pela empresa para conduzir o caso entende que o risco de perda é possível, pois há possibilidade de manutenção da decisão inicial de rejeição da impugnação pelo CARF, ainda que a empresa tenha precedentes favoráveis à sua tese. Se mantido o lançamento pela esfera administrativa, será necessário ajuizar processo judicial. O passivo envolvido para a Companhia é de R$ 2.646. **15.2 Provisão para descomissionamento:** Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento. O saldo em 31 de dezembro de 2022, no valor de R$1.551 (R$1.487 em 2021), refere-se à provisão para descomissionamento do parque eólico em contrapartida ao Imobilizado (Nota 10). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos (Nota 13). O cálculo do valor da provisão para descomissionamento foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi a taxa SELIC esperada pelo mercado na data-base da avaliação. **16. Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na alíquota de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: A Interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis à diferença entre a taxa de depreciação utilizada pela Companhia para fins fiscais e para fins contábeis.

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ	3.752	3.475
CSLL	1.350	1.251
	5.102	**4.726**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante 31/12/2022	Ativo Não Circulante 31/12/2021	Passivo Não Circulante 31/12/2022	Passivo Não Circulante 31/12/2021	Resultado 2022	Resultado 2021
Prejuízos Fiscais	586	1.395	–	–	(809)	(510)
Base negativa da contribuição social	211	502	–	–	(291)	(184)
	797	1.897	–	–	(1.100)	(694)
Diferenças Temporárias					–	–
Adições temporárias						
Arrendamentos de terras	76	61	–	–	15	20
Descomissionamento	310	255	–	–	55	87
Depreciação	–	–	6.326	6.939	613	613
Outros	41	–	–	–	41	–
Total Diferenças Temporárias	427	316	6.326	6.939	724	720
Total bruto	1.224	2.213	6.326	6.939	(376)	26
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(1.224)	(2.213)	(1.224)	(2.213)		
Total	–	–	5.102	4.726		

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros a Companhia prevê recuperar os créditos tributários nos seguintes exercícios:

Créditos tributários	2022
2023	532
2024	265
Total	**797**

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

continua →★

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Millennium Central Geradora Eólica S.A.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	IRPJ / CSLL	
	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	10.313	5.667
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(3.506)	(1.927)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
JSCP	566	334
Adições temporárias	(709)	(700)
CPC 06 - Arrendamento	(15)	(20)
Compensação de Prejuízo Fiscais	1.099	694
Outros		
Incentivos fiscais		
Lucro da Exploração	1.541	977
Adicional (10%)	24	24
IRPJ e CSLL de exercícios Anteriores	24	–
Despesa de IRPJ e CSLL	(976)	(618)
Alíquota efetiva	-9,46%	-10,90%

17. Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R$13.947, representado por 13.947.531 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro a ser destinado:	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido apurado no exercício	8.961	5.075
Constituição da reserva legal - 5%	(448)	(254)
Reserva de incentivo fiscal (a)	(1.541)	(977)
Dividendos intermediários - JSCP	(1.664)	(982)
	5.308	2.862
Destinação do lucro: Dividendos adicionais	328	–
Reserva de lucros	4.980	2.862
	5.308	2.862

a) Refere-se a benefício fiscal homologado pela SUDENE para redução de imposto de renda de acordo com as regras para o lucro da exploração.

17.1 Reservas de lucro:	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de lucro		
Reserva legal	2.010	1.562
Reserva de incentivo fiscal	5.167	3.626
Reserva de retenção de Lucros	10.405	5.426
	17.582	10.614

18. Resultado por ação: O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumento potenciais diluidores do resultado por ação. A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	8.961	5.075
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações	13.948	13.948
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R$)	0,6425	0,3639

19. Receita operacional líquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	18.723	16.132
Receita operacional bruta	**18.723**	**16.132**
(–) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(1.732)	(1.492)
Total deduções da receita operacional	**(1.732)**	**(1.492)**
Receita operacional líquida	**16.991**	**14.640**

20. Nota de gastos:

	2022			2021		
	De operação	Gerais e Administrativa	Total	De operação	Gerais e Administrativa	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição	843	–	843	833	–	833
Pessoal e Administradores (a)	–	1.368	1.368	–	1.100	1.100
Material (a)	52	20	72	65	–	65
Serviços de terceiros (a)	2.219	702	2.921	1.719	–	1.719
Depreciação (a)	2.192	202	2.394	2.201	–	2.201
Amortização (a)	409	38	447	340	–	340
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	–	–	–	71	–	71
Aluguéis e arrendamentos (a)	–	85	85	–	–	–
Outras (a)	(88)	120	32	16	808	824
Total	**5.627**	**2.535**	**8.162**	**5.245**	**1.908**	**7.153**

a) Os gastos gerais e administrativos referem-se ao compartilhamento de custo de Pessoal entre a Companhia e sua Controladora.

21. Resultado financeiro:

Receitas financeiras	2022	2021
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	2.520	480
Descontos Obtidos	15	15
Variação monetária	137	8
(–) Tributos sobre Receitas financeiras	(126)	(32)
Receitas financeiras total	**2.547**	**471**
Despesas financeiras	**2022**	**2021**
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(835)	(1.002)
AVP - Ajuste a valor presente	(162)	(152)
Provisão para descomissionamento	(64)	(159)
Variação monetária	–	(978)
Outras despesas financeiras	(2)	–
Despesas financeiras total	**(1.063)**	**(2.291)**
Total resultado financeiro	**1.484**	**(1.820)**

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de juros; • Risco operacional; • Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. a) Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima era de R$3.452 (R$4.345 em 2021) referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificada históricos de perdas. b) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos. A Companhia possui financiamento de longo prazo a índice atrelado ao FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste). Análise da sensibilidade dos passivos financeiros: Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do FNE para financiamentos junto ao BNB. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2022, foram definidos cinco cenários diferentes, com base nos valores da FNE vigentes em 2022 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%, para mais e para menos. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2022. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices para um ano, sobre o saldo principal e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2022	Taxa	Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
Financiamento BNB	9.171	FNE	1.464	1.503	1.542	1.580	1.619
Taxa sujeita a variação	9,50%						

c) Risco operacional: Risco quanto à escassez de ventos por período prolongado, podendo acarretar perdas. d) Risco de liquidez: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

			31/12/2022	31/12/2021
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros					
Fornecedores	248	–	–	248	540
Empréstimos e financiamentos	596	1.874	6.701	9.171	11.731
Partes relacionadas	–	–	–	–	174
Arrendamentos e aluguéis	72	226	1.465	1.763	1.838
Total	**916**	**2.100**	**8.166**	**11.182**	**14.283**

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2022		31/12/2021		
Ativos financeiros	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	22.699	22.699	15.241	15.241	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	3.452	3.452	4.345	4.345	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	222	222	708	708	Custo amortizado
Depósitos judiciais e cauções	3.591	3.591	3.200	3.200	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	9.171	9.171	11.731	11.731	Custo amortizado
Arrendamentos e aluguéis	1.763	1.763	1.838	1.838	Custo amortizado
Partes relacionadas	–	–	174	174	Custo amortizado
Fornecedores	248	248	540	540	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo: A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes a caixa e equivalentes de caixa e Depósitos judiciais e cauções, conforme tabela acima. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos • Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Classificação e mensuração: O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados. O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como valor justo por meio do resultado. Redução ao valor recuperável: O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não há históricos de perda. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

23. Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém seguros para responsabilidade civil no montante de R$30.000 com período de vigência de 30/11/2022 a 30/11/2023, D&O ('Directors and Officer') no montante de R$120.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08/11/2022 a 08/11/2023, riscos operacionais no montante de R$ 280.270 e lucros cessantes no montante de R$109.054, ambos com período de vigência de 30/11/2022 a 30/11/2023. Os seguros contratados englobam a controladora da Companhia, Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e suas controladas.

Diretoria

Adriana Waltrick – Diretora Geral

Paulo Dutra – Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza
Contadora - CRC-1SP145065/O-9 S-PB

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Aos Diretores e Acionistas

Aos Diretores e Acionistas **Millennium Central Geradora Eólica S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Millennium Central Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Millennium Central Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador - CRC 1BA029904/O-5

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A EPC:0936679 0000106

Assinado de forma digital por EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A
EPC:09366790000106
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PB, l=JOAO PESSOA, ou=09357823000143, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A1, ou=presencial, cn=EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A ®
EPC:09366790000106
Dados: 2023.04.13 21:39:48 -03'00'